



**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

**Considerando que:**

- No passado dia 11 de abril, os deputados abaixo-assinados enviaram à Senhora Ministra do Mar uma pergunta sobre o Observatório do Atlântico;
- De acordo com o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, terminou já o prazo de 30 dias fixado como limite para resposta;
- Os deputados abaixo-assinados vêm deste modo submeter novamente as mesmas questões anteriormente colocados, aguardando resposta no prazo fixado pela lei:

O Mar representa um enorme potencial na produtividade e criação de emprego, significando, por isso, um pilar incontornável para o desenvolvimento da economia nacional.

A Europa tem uma grande vantagem mundial porque representa 7% da população mundial e produz 30% do conhecimento, sendo que desses 30% do conhecimento uma grande parte é investigação e inovação na área da economia azul.

De acordo com notícias do início de Março, a Senhora Ministra do Mar afirmou a intenção de criar o Observatório do Atlântico, com o objetivo de “criar um observatório de excelência na área da investigação científica para promover o conhecimento e a capacitação de recursos humanos em Mar profundo no Oceano Atlântico, potenciando a liderança mundial nesta área de conhecimento e a sua exploração económica sustentável”.

Ainda de acordo com afirmações proferidas pela Senhora Ministra, “a meta deste Observatório será promover dinâmicas entre empresas investidoras e a comunidade científica, estimulando a participação portuguesa em áreas emergentes, com especial interesse para indústrias como a

farmacêutica, a agroalimentar e cosmética e a biotecnologia 'azul', mas também "fomentar as competências para intervenção 'offshore', em particular na exploração petrolífera e na mineração".

É também intenção da tutela que este Observatório seja "o topo da investigação sobre o Atlântico, sobre o Mar profundo, sobre todas as componentes do Mar em Portugal, e terá de ser o elo que vai potenciar o funcionamento em rede de todos os centros de investigação que temos em Portugal. Temos a pretensão de que este pode ser um elemento de ligação e de fomento de 'networking' entre os vários centros de investigação e que a rede possa também ser alargada a centros estrangeiros e que sejam importantes em termos de certificação e de reconhecimento internacional".

Aquando da sua deslocação recente a Faro, no final de Março, para uma sessão promovida na Universidade do Algarve, a Senhora Ministra reafirmou a intenção e disse "querer, até ao final do ano, definir o perfil e a localização do futuro Observatório do Atlântico, organismo que quer lançar em conjunto com o Ministério da Ciência", e concretizar em 2017.

Nesta altura, o Senhor Reitor da Universidade do Algarve mostrou-se disponível para acolher a sede do Observatório, por ser o Algarve o "ponto mais central" na área da investigação do Mar, tendo em conta, também, a localização dos Açores.

Na Universidade do Algarve existem já o Centro de Ciências do Mar (CCMAR), o Centro de Investigação Marinha e Ambiental (CIMA) e a Divisão de Empreendedorismo e Transferência de Conhecimento (CRIA).

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alíneas d) e e) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º, n.º 3 do Regimento da Assembleia da República, que fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

O(a)s Deputado(a)s do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Ministra do Mar, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

**Tendo em conta a oferta do Senhor Reitor da Universidade do Algarve, não considera V. Exa. pertinente a localização do Observatório do Atlântico naquela Região, concentrando desse modo valências e recursos que, já existindo, poderão ajudar a potenciar e consolidar mais rapidamente os seus objetivos?**

Palácio de São Bento, terça-feira, 21 de Junho de 2016

Deputado(a)s

TERESA CAEIRO(CDS-PP)